SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/11/2015 - Sinttel-ES

Claro perde mais uma ação de horas extras

Mais uma ex-trabalhadora da Claro SA ganha ação por horas extras não pagas a partir de 18/12/2006

O SINTTEL-ES ajuizou 12 ações de execuções pelo pagamento das horas extras determinadas no "Termo de Conciliação Judicial" celebrado em 2013, entre a Claro e o Ministério Público do Trabalho/ES. Três foram vitoriosas e duas foram negadas.

História

A Claro foi condenada em uma Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que passou dois anos investigando uma denúncia de NÃO PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS e, depois de cinco anos de processo tramitando, acabou concordando com o pagamento, tanto que fez um acordo na Ação Civil Pública (ACP 0142500-82.2008.5.17.11).

A Claro foi condenada a pagar R$ 300 mil por "danos imateriais difusos e coletivos" e a partir de 1º de abril de 2014, cada trabalhador/a prejudicado/a deveria entrar com uma ação de execução pedindo o pagamento. As ações teriam que ser individuais porque dependia do número de horas extras trabalhadas e por quanto tempo para cada empregado/a. O SINTTEL foi chamado a ajudar nesse processo, colocando seu departamento jurídico à disposição dos empregados que quisessem ajuizar as ações.

Três execuções já foram vitoriosas, outras duas, não!

A quinta ação de execução pelo pagamento de horas extras contra a Claro foi julgada procedente pela 14ª Vara do Trabalho de Vitória. Ainda faltam decisões em outras sete processos.

Nessa ação, a ex-trabalhadora da Claro vai receber as horas extras. A ex-trabalhadora disse foi admitida em 12 de fevereiro de 2001, no cargo de atendente de loja e em fevereiro de 2006 foi promovida ao cargo de consultora de negócios. Diz que a partir daí passou a trabalhar em sobrejornada, cumprindo horário das 8 às 20:30 horas, com apenas 30 minutos de intervalo. Suas testemunhas confirmaram que a empresa desrespeitava a jornada, estabelecendo o regime de metas em seus departamentos, o que obrigada seus/as empregados/as a estenderem a jornada para cumprir a meta de produção/venda estabelecida.

Na ACP do Ministério Público, a Claro aceitou pagar as horas extras, mas quando chega no tribunal, nas audiências das Ações de Execução, a Claro nega o pagamento, argumentou que quitou todos os débitos com os/as ex-empregados/as. E fica nisso, pois seus advogados e prepostos não apresentam um documento sequer para comprovar que pagaram.

Estratégia

O velho ditado "vão-se os anéis, mas ficam os dedos". Ou …"perdemos uma batalha, mas não perdemos a Guerra", explicam a estratégia da Claro. Ela fez o acordo com o MPT-ES, mas bancou que os trabalhadores tivessem que entrar com as ações individuais. É nas ações individuais que ela poderia levar, como aconteceu com duas ações julgadas por outra Turma do TRT/ES que negou o pagamento das horas extras, mesmo a Claro não apresentando documentos. E não cabe recurso para esse tipo de processo de execução. Isso significa que não tem como recorrer nessas ações negadas. Portanto, a empresa já logrou êxito contra dois de seus/suas ex-empregados/as.

Veja outras matérias sobre o assunto:

http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/a-posicao-dos-juizes-do-trt-na-acao-de-hora-extras-da-claro/

http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/ex-trabalhadora-da-claro-e-a-primeira-a-receber-horas-extras/

http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/condenada-claro-vai-pagar-horas-extras-desde-2000-e-r-300-mil-por-danos-coletivos/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/11/2015 - Instituto Telecom

Neutralidade da rede ainda desperta polêmica em forum da ONU

João Pessoa – Um workshop, lotado, realizado hoje, 11, no terceiro dia de debates do IGF 2015 – Fórum Global de Internet, da ONU, provocou acalorados embates entre os favoráveis, contrários e os do meio termo, à neutralidade da rede. Debate que já está superado no Brasil, com a aprovação do Marco Civil da Internete que incorporou os seus princípios, mas que ainda precisa ser regulamento pelo governo.

Entre os argumentos em defesa de regulação ex-ante está o direito à comunicação como um bem inalienável. E se chegou mesmo a argumentar que o estabelcimento da neutralidade em lei específica acaba protegendo as próprias operadoras de telecomunicações que deixariam de ser pressionadas pelos governos para "editorializar" ou censurar o que pode ou não passar pela internet.

Para os que se manifestaram contários à regulação, os principais argumentos foram de que a legislação acaba impedindo a inovação, já que estabelece previamente o que pode e o que não pode ser feito.

Os que ficaram na coluna do meio defendem a definição de princípios mas não acham que é necessária uma legislação específica para assegurar os conceitos universais de direitos.

O professor argentino Eduardo Bertoni, que estava no debate a favor da lei ex-ante, acredita que o tema, que já deveria ter sido superado, voltou a despertar o interesse por causa do zero rating (ou a oferta de acesso à internet patrocinada). " Estamos revisitando este assundo porque, na verdade, queremos discutir a política do zero rating. Em diferentes países, como a Argentina, a legislação proibiu o zero rating", assinalou.

Para Berin Szoka, presidente daTechFredoom, organização contrária a qualquer lei que trate do assunto, quem defende uma lei específica vai acabar deixando para a agência reguladora decidir o que pode e o que não poderá ser feito. " Manifestam--se contra o zero rating como se fosse uma grande conspiração do Google e do Facebook. Mas na maioria das vezes são as carriers menores que estão fazendo promoção de zero rating, como a T-Mobile nos Estados Unidos, que acabou de liberar o Netflix em sua rede", disse.

Robert Pepper, que foi presidente da FCC (Federal Communication Comission) e que se manteve no meio no debate disse que, embora defenda os princípios da Internet Aberta, aprovdos na NET Mundial realizada no ano passado no Brasil, acha que, com o advento da Internet das Coisas e mesmo com VOIP sobre a LTE (ou a VoIP na quinta geração do celular) não será mais possível impedir o gerenciamento da Internet, um dos princípios da neutralidade.

" 43% das coisas serão conectadas em 2019.No mesmo ano, 10,5 bilhões de coisas terão a conexão M2M.Iremos precisar de gerenciamento de rede por complexidade. E regras bem intencionadas poderão bloquear esse processo", concluiu o executivo.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/11/2015 - Instituto Telecom

Orientação do Ministério Público Federal considera ilegal o Internet.org no Brasil

A Procuradoria Geral da República soltou um documento que é uma bomba contra o projeto internet.org, ou Freebasics, como passou a ser chamado o aplicativo da rede social para acesso a sites e conteúdos selecionados, mas sem consumo da franquia de dados em dispositivos móveis. Trata-se de uma nota técnica, portanto uma orientação a todo o Ministério Público Federal, que em síntese sustenta que o internet.org desrespeita a legislação brasileira.

"Esse passa a ser o posicionamento do Ministério Público Federal sobre esse assunto", resume a procuradora Neide Cardoso de Oliveira, coordenadora do grupo técnico de combate aos crimes cibernéticos. Além dela, assinam a Nota Técnica 2/2015 os também procuradores Marcia Morgado Miranda, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; e Carlos Bruno da Silva, coordenador do GT de tecnologia da informação.

Trata-se de um posicionamento contundente. Com dez páginas, a Nota Técnica diz que o sistema de acesso a determinados sites e aplicativos constitui uma "restrição que aplicada sem exceções quer permitam o acesso ilimitado afronta o artigo 4o do Marco Civil da Internet, ao estabelecer que alguns usuários, em especial a camada mais pobre da sociedade, terá acesso apenas parcial a determinado site".

O MPF entende que "essa limitação do sistema também permite violação ainda mais grave aos princípios norteadores da internet no Brasil, porque somente sites previamente aprovados pelo Facebook e seus parceiros poderão ser acessados através do aplicativo". Ou ainda que se trata de "flagrante violação à liberdade de acesso e à neutralidade de rede" e que "abre portas para impedir o acesso a sites considerados politicamente antagônicos ou que expressem opiniões distintas do Facebook e seus parceiros, em evidente censura".

Ainda de acordo com a nota do MPF, "o efeito psicológico de uma internet grátis, porém de conteúdo restrito, pode resultar, indiretamente, na fidelização de clientes, ou até pior – a longo prazo, consumidores de internet que apenas veem-na como portal dos conteúdos ofertados pelos parceiros do Facebook". Tal internet "em fatias (…) cria uma situação de discriminação em face do indivíduo que terá violado seu direito de acesso à informação, previsto no inciso XIV do artigo 5o da Constituição Federal".

Para o Ministério Público, "com o projeto internet.org, uma camada significativa da população, notadamente a mais desprovida de recursos, na ilusão de estar conectada à internet, ficará sujeita a ter acesso somente àquilo que o juízo discricionário da empresa privada permitir". E que "o Brasil, que sempre esteve na vanguarda da preservação da internet livre e de acesso irrestrito, não pode permitir que milhões de seus cidadãos sejam introduzidos à rede nos moldes em que a empresa privada desenhou para promover a si própria e seus parceiros."

Por fim, o documento sustenta que antes de ser implementado, o projeto seja apresentado, "no mínimo, às principais autoridades sobre esse campo de regulação – Anatel, Ministério das Comunicações, Comitê Gestor da Internet, Secretaria do Consumidor do Ministério da Justiça e, devido sua projeção social, à Procuradoria Geral da República, a fim de que as instância de controle possam se manifestar na propositura de políticas públicas sobre o papel do projeto"

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/11/2015 - Sinttel-ES

6% de reajuste é o que a Vivo quer dar. Sindicatos dizem NÃO

A Comissão Nacional dos trabalhadores junto com a Fenattel reuniram-se com os executivos da Vivo para dar continuidade às negociações do Acordo Coletivo 2015/2016.

A reunião foi realizada em 06 de novembro e o resultado ainda é pior do que o esperado.

A Vivo, a cada dia que passa, vem assimilando o jeito GVT de ser, ou seja, está se apequenando, uma empresa gigante mas com métodos administrativos e motivacionais abaixo de qualquer definição.

PROPOSTA VIVO – Miséria, seria o nome mais apropriado

A proposta da empresa mantém reajuste de 6% apenas, (60% do INPC) ou quase a metade da perda, com a sua aplicação na data-base em 1º de setembro/2015. Também congela o valor dos Vales-Refeição (VRs) de São Paulo (Administrativos) oferecendo "abono" em contrapartida. Ou seja, ZERO de reajuste nos VRs.

O reajuste feito pela Vivo ainda é proporcional. Além de ser uma proposta fraca, ela é complexa, confusa e extensa. Para se ter uma idéia, os pisos do administrativo e das lojas tiveram a redução de 1 centavo em relação a proposta anterior.

Os Sindicatos dizem NÃO à proposta. Os dirigentes Sindicais repudiaram e rejeitaram a proposta.

Uma nova reunião foi agendada para 17/11/2015.

Com relação ao Plano Médico, de São Paulo, a empresa confirmou que implantará a Amil. Esse é um duro golpe nos trabalhadores e familiares, pois além da queda de qualidade da rede e procedimentos, levará parte dos trabalhadores para o padrão de enfermaria.

12/11/2015 - Rede Brasil Atual

Berzoini recebe indígenas e diz que governo federal é contra a PEC 215

Ministro da Secretaria de Governo afirma que projeto que tira do Executivo e joga para o Congresso poder de decisão sobre demarcações partiu do Legislativo e não tem apoio do Planalto

O ministro da Secretaria de Governo da Presidência, Ricardo Berzoini, recebeu ontem (12) índios de diversas partes do país. Mobilizados em Brasília, eles protestam contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere do Poder Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcações das terras indígenas, quilombolas e de unidades de conservação.

De acordo com a assessoria, Berzoini demonstrou apoio à luta indígena e ressaltou o papel do governo federal no processo.

"Nossa postura é buscar o diálogo. A PEC 215 partiu do Congresso e não conta com o apoio do governo federal", afirmou o ministro por meio de nota. Berzoini acrescentou que "a PEC não é solução para nada, pode acirrar ainda mais o conflito e comprometer os direitos territoriais dos povos indígenas".

Representante do povo Karajá, Narúbia Werreria disse que seu povo vê a PEC como um retrocesso que estimula a perda de direitos conquistados nos últimos anos.

Natural do Tocantins, a líder indígena pediu a continuidade da demarcação de terras. "Não vamos retroceder com nossos direitos", acrescentou. "Temos uma nova geração fortalecida para luta. Queremos a retirada da tramitação da PEC."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/11/2015 - Vermelho

Pagamento de 13º injetará R$ 173 bilhões na economia

Até o próximo mês, o pagamento do 13º salário injetará aproximadamente R$ 173 bilhões na economia brasileira, de acordo com cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgados nesta quarta-feira (11).

A quantia equivale a R$ 2,9% do PIB. Ao todo, 84,4 milhões de brasileiros devem receber, em média, R$ 1.924,00 adicionais à sua renda. Em 2014, esse montante era de R$ 158 bilhões e cresceu 9,9% em termos nominais (sem desconto da inflação).

Por outro lado, o Dieese estima que o número de pessoas que receberá o 13º salário em 2015 será 0,3% inferior (cerca de 300 mil pessoas a menos) ao calculado em 2014, "em grande parte pela redução do estoque de empregos no setor formal".

Neste ano, perto de 84,4 milhões de brasileiros serão beneficiados, segundo o Dieese. Em 2014, 84,7 milhões receberam 13º salário.

Na distribuição por região, o Sudeste receberá 51,3% do montante que entrará na economia do país com o pagamento do 13º salário. Outros 15,6% do montante a ser pago devem ser pagos na região Sul, enquanto ao Nordeste serão destinados 15,9%. Para as regiões Centro-Oeste e Norte, irão, respectivamente, 8,6% e 4,9%.

O cálculo do Dieese considera apenas os empregos formais. Não leva em conta os autônomos, assalariados sem carteira ou trabalhadores com outras formas de inserção no mercado de trabalho que, eventualmente, recebem algum tipo de abono de fim de ano, nem os valores envolvidos nesses abonos.

PSDB é o campeão em doações de empresas da Lava Jato

Em SP, 92% do dinheiro dado por investigadas foram para tucanos

As doações em dinheiro de empresas acontecem para todos os partidos políticos, conforme previsto, permitido e regulamentado pela legislação brasileira. No entanto, a mídia e setores do Ministério Público agem como se as doações legais e declaradas para o PT fossem crime. Reflexo maior dessa distorção da lei é a condenação de João Vaccari Neto a 15 anos de prisão. Vaccari é ex-tesoureiro da CUT e do PT e foi preso sem absolutamente nenhuma prova contra ele.

A novidade sobre este tema é que o Partido dos Trabalhadores divulgou nesta quarta-feira um documento detalhado sobre as doações para cada um dos partidos brasileiros.

Destaque para o fato de que, no Estado de São Paulo, o PSDB é o campeão absoluto em recebimento de verbas doadas por empresas citadas na Operação Lava Jato. 92% dessas doações foram destinadas aos tucanos. E nenhum deles está preso – não que se defenda aqui a prisão, afinal doação legal é doação legal, mas o que se questiona é o uso de dois pesos e duas medidas para cada caso.

Esta é uma das denúncias contidas no documento divulgado hoje pelo PT. De que a Lava Jato é mais uma ferramenta que vem sendo usada politicamente, ao arrepio da lei, para tentar destruir o partido e o legado de seus governos.

No entanto, quando o beneficiado é o PSDB, o silêncio é absoluto. Não há qualquer processo de criminalização dessas doações que revelam uma estranha preferência das empresas pelos tucanos no Estado de São Paulo. Em 2014, o PSDB recebeu 92% das doações das empresas citadas na Lava Jato. O PT, apenas 8%. Em 2010, a proporção foi de 65% para o PSDB e 35% para o PT.

TABELA 4 VALORES RECEBIDOS COMO DOAÇÃO PARA A CAMPANHA ELEITORAL
ESTADO DE SÃO PAULO - 2010 E 2014

ELEIÇÕES REGIONAIS	2010		2014	
ESTADO DE SÃO PAULO	PSDB-ALCKMIN	PT-MERCADANTE	PSDB-ALCKMIN	PT-PADILHA
DOAÇÕES AO CANDIDATO A GOVERNADOR/SP	R$ 34.221.236,96	R$ 20.230.702,73	R$ 40.394.953,03	R$ 22.716.045,66
COMITE FINANCEIRO ESTADUAL PARA GOVERNADOR/SP - PSDB/COMITÊ FINANCEIRO ÚNICO/SP - PT	R$ 40.705.296,79	R$ 4.992.120,40	R$ 45.853.982,97	R$ 15.586.482,92
DIREÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL - SP	R$ 30.606.506,66	R$ 13.855.550,26	R$ 57.058.765,03	R$ 35.163.294,26
TOTAL GERAL SÃO PAULO (*)	**R$ 68.317.766,31**	**R$ 34.410.381,39**	**R$ 73.468.964,52**	**R$ 39.877.067,29**

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)
(*) Somatória das doações para o partido no estado de São Paulo, feitas as devidas exclusões de valores que são transferidos de uma conta para outra

TABELA 5 DOAÇÕES FEITAS PELAS EMPRESAS DA LAVA JATO - ELEIÇÕES REGIONAIS SÃO PAULO

	2010		2014	
	PSDB	PT	PSDB	PT
GALVÃO ENGENHARIA S/A	3.135.000,00			150.000,00
CONSTRUTORA E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A	3.150.000,00	5.000.000,00		
FIDENS ENGENHARIA S/A	1.500.000,00			
MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S/A	1.610.000,00			
CONSTRUTORA OAS LTDA.	2.200.000,00	2.099.301,00	1.750.000,00	
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S/A	1.350.000,00	850.000,00		
QUEIROZ GALVÃO ALIMENTOS S/A			2.165.000,00	
UTC ENGENHARIA S/A	700.000,00	700.000,00	2.900.000,00	
CARIOCA CHRISTIAN NIELSEN ENGENHARIA S/A	846.700,00	250.000,00	800.000,00	500.000,00
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	500.000,00			
ALUSA ENGENHARIA LTDA.	50.000,00			
TOTAL EMPRESAS LAVA JATO	**15.041.700,00**	**8.899.301,00**	**7.615.000,00**	**650.000,00**

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Além de serem doadoras das campanhas do PSDB no estado de São Paulo, as empresas investigadas na Operação Lava Jato figuram também na lista de fornecedores de grandes obras do governo tucano paulista.

Para se ter ideia, conforme apontou o relatório da CPI da Petrobras, 16 empresas citadas na Lava Jato tiveram contratos com o governo do Estado de São Paulo entre 1987 e 2014. Apenas para exemplificar, basta citar o Consórcio Via Amarela, acusado de superfaturar preços em contratos com o Metrô de São Paulo, do qual participavam, entre outros, os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão.

Quando não são fornecedoras diretas, são terceirizadas pelas empresas contratadas, como noticiou o Estado de S.Paulo com o título "Empresa de delator da 'Operação Lava Jato' foi subcontratada em esquema de cartel dos trens", sem citar que o "esquema de cartel dos trens" foi montado para, segundo o Ministério Público da Suíça, superfaturar obras, compra e manutenção da CPTM e do Metrô no estado de São Paulo, governado pelo PSDB há 20 anos.

Para conhecer o documento que o PT preparou, intitulado "Em Defesa do PT, da Verdade e da Democracia",

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/11/2015 - Vermelho

Stiglitz: Juros altos e ajuste acarretarão desemprego e desigualdade

O Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, avalia que a manutenção da política de austeridade e de juros altos praticada no Brasil pode comprometer o exitoso combate às desigualdades vivenciado nos últimos anos. Para o professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, o caminho do ajuste deve ampliar o desemprego e sufocar a economia.

Entrevistado nesta semana pelo programa Espaço Público, da TV Brasil, Stiglitz citou o Brasil como referência na diminuição das desigualdades. E defendeu a continuidade dos investimentos em educação, dos programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, e da criação de empregos.

"O que me preocupa hoje é que vocês estejam impondo políticas de austeridade, com cortes que sem dúvida aumentarão a taxa de desemprego e aumentarão as desigualdades", disse.

Os juros altos no Brasil, avaliou, deveriam ser analisados mais a fundo. "As entidades privadas do setor financeiro [brasileiro] cobram as maiores taxas de juros do mundo. As taxas de juros sufocam a economia e acabam com o orçamento. E tiram dinheiro que poderia ser usado para o crescimento, para combater desigualdades, para resolver diversos problemas", recomendou.

Para Stiglitz, os juros no Brasil são tão distorcidos que ele não considera que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) empreste dinheiro a taxas subsidiadas. "A única parte do mercado financeiro [brasileiro] que está funcionando, de certa forma, são os bancos de desenvolvimento, como o BNDES. Eles emprestam a juros razoáveis. Alguns dizem que são subsidiadas. Não são subsidiadas! São taxas de juros normais, praticadas em qualquer economia normal", explicou. Stiglitz considera o BNDES um exemplo a ser seguido em outros países.

Um dos inspiradores do movimento Occupy Wall Street, que, quatro anos atrás, levou multidões às ruas de cidades norte-americanas, o economista explorou os efeitos da concentração de renda sobre a economia no livro O Preço da Desigualdade, publicado em 2012. Crítico do liberalismo econômico e das políticas de austeridade, Stiglitz defende a reforma do sistema financeiro internacional e a elevação dos impostos para os mais ricos para criar uma economia mais solidária, que proporcione oportunidade aos mais pobres.

"Quando a desigualdade é grande, sobretudo em termos de oportunidades, isso significa que as camadas mais baixas estão ficando abaixo do potencial. Não têm uma educação adequada. Na realidade, ocorre um mau uso, um subaproveitamento do recurso mais importante: o humano", declarou. "As pessoas precisam entender que não existe prosperidade 'do zero'. Somos todos parte da sociedade. É por isso que ser solidário é tão importante", disse Stiglitz, que foi economista-chefe do Banco Mundial.